



MANDATO 2017-2021

SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA

2ª REUNIÃO

ATA N°9

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia da Penha de França, na Biblioteca da Escola Nuno Gonçalves, sita na Avenida General Roçadas, em Sessão Ordinária, sob a presidência de Maria Luísa Rodrigues das Neves Vicente Mendes, coadjuvada pelo Primeiro Secretário, Nuno José Simões Carvalho, e pelo Segundo Secretário, António Neira Nunes. -----

Assinaram a Lista de Presenças, para além dos já mencionados, os seguintes Membros da Assembleia de Freguesia: -----

Pelo Partido Socialista: -----

José de Carvalho Ferreira, Maria de Fátima Carmona Travancinha Leal Gil, Maria Luíza Correia Valente, Maria de Fátima Duarte Dias do Carmo, Paulo Manuel da Costa Amaral Prazeres Pais, Dina Esmeralda Gomes do Monte; -----

Pelo Partido Social Democrata: -----

Maria de Lourdes Dionísio Duarte Borges e Jorge Manuel Fernandes Duarte das Neves; -----

Pelo Partido Comunista Português: -----

Daniel Alexandre Machado de Oliveira, Anabela de Oliveira Vogado e Nuno Miguel Prata Gomes; -----

Pelo Bloco de Esquerda: -----

Rui Emanuel Antunes de Seixas; -----

Pelo Partido do Centro Democrático Social/Partido Popular: -----

Pedro Raul Pires Dias de Calheiros Cardoso; -----

Pelo Pessoas-Animais-Natureza: -----

Filipe Tiago Pimentel Rações; -----



A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia** cumprimentou todos os presentes e informou que, em virtude da Ordem de Trabalhos da Reunião do dia 14 de dezembro de 2018 não ter sido esgotada, tinha ficado acordado reunir durante o mês de janeiro para a concluir. -----

Apesar de não haver “Período antes da Ordem do Dia”, na presente Reunião, e em virtude do falecimento de um ícone das Freguesias de São João e Penha de França, colocou à votação a subscrição do Voto de Pesar pela Morte do Maestro Vitorino Matono, aprovado em Reunião de Executivo que tinha a seguinte redação: -----

“O professor e maestro Vitorino Matono, fundador da prestigiada escola de música com o seu nome, foi hoje a sepultar na sua terra natal, no concelho de Avis. -----

Vitorino Matono tinha 97 anos e é considerado o pai do acordeão de concerto em Portugal, tendo revolucionado o seu ensino, além de ser um compositor reconhecido.- Em 2002, quando cessou funções como diretor pedagógico do Instituto de Música Vitorino Matono, recebeu um louvor público, publicado em Diário da República, onde o seu “mérito técnico e artístico” na “divulgação e valorização do acordeão nas suas vertentes popular e erudita” foi destacado. -----

O louvor reconheceu ainda “o prestigiado percurso na área da música” de Vitorino Matono, “que inclui a participação regular (de 1966 a 1997) no Troféu Mundial de Acordeão como membro do júri internacional, a criação de uma escola de ensino especializado da música, a didactização do ensino da música em geral e do acordeão em particular e a conquista de excelentes resultados por parte dos seus alunos em concursos internacionais de acordeão”. -----

A Junta de Freguesia da Penha de França, reunida a 14 de janeiro de 2019, presta homenagem ao Prof. Vitorino Matono e endereça sentidas condolências à sua família, bem como aos trabalhadores e alunos do Instituto de Música que fundou.” -----

O Voto de Pesar foi subscrito por unanimidade e foi cumprido um minuto de silêncio.

PONTO NÚMERO UM

Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia de 1 de agosto a 31 de outubro de 2018 e Informação Financeira de 1 de janeiro a 31 de outubro de 2018

A Senhora presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, cumprimentou os presentes, e colocou-se à disposição para responder às questões que fossem colocadas, uma vez que a Informação versava já sobre atividade passada. -----

O Membro do PAN, **Filipe Pimentel Rações**, saudou os presentes e indicou que tinha algumas questões a colocar. -----

Relativamente à informação sobre o IPenha, questionou se as 138 ocorrências indicadas se encontravam inseridas nas 143 ocorrências reportadas e relativas ao Espaço Público ou se eram complementares. -----

Relativamente às lavagens das ruas, solicitou esclarecimentos sobre os processos experimentais das rotas para lavagem de largos e arcos e o que é que os mesmo implicavam. -----

Relativamente à monda térmica, questionou qual o critério de seleção para a sua utilização em algumas ruas em detrimento da utilização da roçadora. -----

O Membro do CDS/PP, **Pedro Cardoso**, saudou os presentes e congratulou a ação de transmissão das Sessões da Assembleia em direto no canal de youtube da Junta de Freguesia, tendo acompanhado a última Sessão em direto, e parabenizou o esforço envidado para que a mesma decorresse sem problemas. -----

Relativamente à Informação Escrita, gostava de colocar uma questão, questão essa que já tinha sido levantada no âmbito das Comissões, e para a qual ainda não tinha obtida uma resposta, e que dizia respeito ao apoio financeiro no âmbito da Ação Social, algo que nada tinha contra, mas sabendo que na Cidade de Lisboa a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa se sobrepunha à Segurança Social e atribuía subsídios para vários fins, solicitou um esclarecimento sobre quais eram as competências específicas da Junta de Freguesia, uma vez que haviam diversas entidades a fazer exatamente a mesma coisa e a sobreporem-se umas às outras, podendo haver uma utilização dupla de recursos sem que se soubesse o que competia a quem. -----

O Membro do PCP, **Nuno Gomes**, saudou os presentes, e referiu que dado que o documento não vinha paginado, não poderia, por mais que gostasse, indicar que a informação se encontrava na página x ou y. -----

Relativamente ao IPenha, e face à data em que o documento foi produzido, existiam cerca de 60 ocorrências em fase de análise, e tendo em conta que com o novo update ao software já não era possível consultar aquela informação, mas existiam muitas mais ocorrências por resolver excetuando as encaminhadas para a CML. -----

Relativamente ao Associativismo, questionou, com base na tabela indicativa de apoios dados aos Clubes e Associações, no trimestre, se os mesmos se resumiam ao apoio prestado à Associação Frassati. -----

Relativamente aos Espaços Verdes, e de acordo com a informação de que todos os Espaços Verdes estavam a ser mantidos através de um contrato de manutenção, e questionou o Executivo se a substituição dos jardineiros tinha resultado, dado que em novembro passado tinham havido episódios de árvores a caírem em cima de carros. ----

Relativamente ao Centro de Estudos “*Empenha-te*”, referiu que o PCP tinha conhecimento das carências das disciplinas lecionadas e tinha, também, conhecimento de pessoas que tinham enviado emails de candidatura para lecionarem física e química e que nem tinham merecido resposta, considerando estranho uma vez que depois indicavam que não tinham professores para dar aquelas mesmas disciplinas. -----

Relativamente à Proteção Civil e Segurança, anotou que a sua intervenção teria feito mais sentido se tivesse sido feita no decorrer da anterior Reunião, e durante a passagem do furacão pelo território português, tinha recebido uma mensagem com a indicação para sair de casa e para se deslocar para o polo, mas nem toda a gente tinha recebido formação na área da Proteção Civil e achava estranha a contradição da informação dada pela Junta quando os serviços da Proteção Civil alertavam as pessoas não saírem de casa. -----

Relativamente a uma Recomendação apresentada pelo PCP, na Sessão de Junho, e que solicitava a recomendação à CML o fim da captura e abate de pombos na Freguesia, o que era uma realidade, da qual ainda naquele dia tinha-lhes chegado a informação de uma ação de captura programada para o dia seguinte, na Praça Paiva Couceiro, e que tinha a certeza de que essa informação tinha igualmente chegado ao conhecimento da Junta de

Freguesia, e indo ao encontro dos Requerimentos que o PCP tinha apresentado na primeira Reunião, e que ainda não tinham obtido resposta, mesmo já tendo sido ultrapassado os 30 dias, questionou se a Junta de Freguesia já estava mais sensibilizada para aquela questão ou se resumia a sua atividade no Bem-estar Animal aos cães e aos gatos e Associações da Freguesia. -----

O Membro do PSD, **Jorge Neves**, saudou todos os presentes, e voltou a questionar sobre a situação do estacionamento na Rua dos Baldaques, com a inexistência do parquímetro, e tendo em conta que as autoridades competentes cumpriam o enunciado no código da estrada, sendo o espaço ocupado por pessoas de fora que eram apenas autuadas aquando da deslocação da EMEL, não existindo qualquer outra fiscalização. -----

Relativamente ao parque de estacionamento que se encontrava na Avenida General Roçadas, do lado direito de quem vinha de Sapadores, que na sua ideia fazia parte da Freguesia de São Vicente, questionando se as pessoas que pertenciam à Zona 19F lá podiam estacionar. -----

O Membro do PAN, **Filipe Pimentel Rações**, relativamente ao Bem-estar Animal, encontrava-se indicado que tinham sido efetuados vários contactos com várias entidades e que os mesmos tinham resultado em parcerias com Associações especialistas em comportamento animal, autoridades, entre outros. Nesse sentido, solicitou esclarecimentos relativos aos frutos daqueles contactos ou se meramente se referia ao que já vinha a acontecer desde a criação daquele pelouro. -----

Relativamente aos dados trimestrais sobre o Transporte Solidário, eram indicadas 266 marcações, questionando se a carrinha conseguia dar vazão a todos os pedidos ou se estava prevista a aquisição ou disponibilização de um transporte complementar para tirar pressão de cima do único transporte existente e poder dar reposta a todos os pedidos existentes. -----

Relativamente aos Espaços Verdes, vinha mencionada a solicitação à CML da avaliação do estado fitossanitário de algumas áreas da Freguesia, e questionou se já existiam resultados relativos a essa mesma avaliação e quais eram. -----

Relativamente à questão da Proteção de Crianças e Jovens em Risco na Freguesia, eram apontados vários números, sendo que o da violência doméstica era o que tinha o

número mais expressivo, e questionou qual o papel da Junta de Freguesia naquela matéria, se a Junta fazia algum acompanhamento dos casos reportados e como é que os mesmos eram resolvidos, e de que forma poderia a Autarquia intervir de forma a minimizar, ou para atenuar, as consequências daquelas situações. -----

O Membro do BE, **Rui Seixas**, saudou os presentes, e questionou o critério para a utilização da monda térmica nas ruas especificadas. -----

Relativamente à Bolsa Solidária Animal, um assunto que já tinha sido discutido várias vezes em Assembleia e em discussão nas Comissões, solicitando a indicação dos critérios de atribuição da Bolsa Solidária Animal. -----

Reportando-se a uma situação na Quinta do Lavrado, no passado dia 3 de outubro, onde tinha havido uma rusga por parte da PSP e se tinham verificado casos de violência contra os moradores por parte da PSP, questionou se a situação ocorrida era do conhecimento do Executivo. -----

Relativamente às Bolsas de Mérito na área da Educação, sendo indicado na Informação Escrita como um "apoio na aquisição de material escolar e didático a alunos que tenham tido excelente nos seus estudos", questionou qual era o valor daquele apoio e de que forma era dado, uma vez que não havia qualquer informação. -----

O Membro do PS, **Fátima Duarte**, saudou os presentes, e indicou que pretendia dar um esclarecimento sobre a questão levantada pelo Membro do PAN relativa à proteção de crianças e jovens. -----

Indicou que era importante, numa Assembleia, esclarecer assuntos que às vezes as pessoas não dominavam e que podia levar a algumas ideias erradas. Referiu que em Portugal, o sistema de proteção de crianças e jovens era organizado por níveis de intervenção, tendo no primeiro nível o que se chamavam de entidades com competência em matéria de Infância e Juventude, onde se encontravam as Juntas de Freguesia, o Poder Local, as Polícias, as Escolas, os Centro de Saúde, as IPSS, a Segurança Social, entre outras entidades. Aquelas entidades, nos termos da Lei de Proteção de Crianças e de Jovens em Perigo, tinham um papel importantíssimo que era o de estarem atentos, observar e verificar as condições de vida das crianças e sinalizar as situações para as CPCJ apenas quando a intervenção no primeiro nível não resultava, porque se conseguirem

intervir junto daquelas crianças e daquelas famílias em situação de risco for ultrapassada, não havia necessidade de passar para o segundo nível, que eram as Comissões de Proteção, um nível muito mais formal, que já entrava no sistema e que ficava registado. Em Lisboa existiam quatro Comissões de Proteção que estavam organizadas do ponto de vista dos territórios segunda as Juntas de Freguesia que abrangiam, estando a Freguesia Penha de França referenciada à CPCJ de Lisboa-Centro, que abarcava uma série de Freguesias vizinhas, estando a Freguesia da Penha de França representada na respetiva Comissão de Proteção, ao nível da alargada, porque as Comissões funcionavam em duas modalidades, mas até já tinha estado representada ao nível da restrita, com uma técnica que era paga pela Junta de Freguesia para ajudar a Comissão e para trabalhar processo de crianças, jovens e famílias, compromisso assumido pela Junta de Freguesia. Sob o ponto de vista de proteção, de facto, as Juntas de Freguesia e a própria Câmara tinham responsabilidade não só na sinalização dos casos mas também de estarem atentas e verificar se haviam sinais de perigo de maus-tratos ou de negligência, e eram obrigadas a intervir, algo que não era facultativo, mas sim uma obrigação jurídica nos termos da Lei. Esclareceu que as Juntas, tal como as outras entidades, não podiam intervir diretamente nos processos, podendo sim ver como é que as crianças estavam, se uma criança que chegava a escola sistematicamente suja, com sono, com fome, que aparentava estar triste e isolada, agressiva, a Escola e as pessoas da Escola tinham de intervir, tinham de perceber consensualmente com família. Ao abrigo Constituição da República, do Código Civil e de outros diplomas legais, a família era a primeira responsável pela criança e jovem, mas a crianças e o jovem eram sujeitos autónomos de direitos e quando a família falhava, ou quando havia alguma situação de perigo, cabia à comunidade proteger a criança. A Junta de Freguesia da Penha de França, como a maior parte das Juntas na Cidade de Lisboa, foi tiveram perceber o seu papel no sistema, um processo que demorou algum tempo e que tinha sido gradual, e estavam a intervir nas comissões de proteção, ao nível do segundo nível, porque as Comissões de Proteção já aplicavam medidas de promoção e proteção, tal como os tribunais, sendo as únicas entidades no sistema português que podiam aplicar medidas de promoção e proteção, inclusivamente em casos muito graves retirar as crianças, como muitas vezes se ouvia, erradamente, pela Comunicação Social, sem se

perceber as razões, e naqueles casos podiam, e tinham sempre feito, observar, intervir, sinalizar e depois de a medida estar aplicada, colaborar com a Comissão na aplicação da medida. A CPCJ Lisboa-Centro tinha a Freguesia da Penha de França e a Freguesia de Arroios representadas ao nível da alargada, a trabalhar casos de natureza sigilosa, em processos de promoção e proteção, idênticos aos dos tribunais, que entravam na esfera privada da família, e as Junta, a Câmara, a Polícia e Segurança Social ou educação não podiam intervir em matéria do processo mas colaboravam nos chamados atos materiais de execução da medida que eram fazer com que as medidas de promoção e Proteção Civil surtisses efeito e se a criança continuasse a correr perigo ou haviam factos novos na vida dela, reportavam novamente à CPCJ. Referiu que pretendeu fazer aquela intervenção para explicar o que era o sistema, pois havia uma falsa ideia de que as Comissões de Proteção não partilhavam informação, de que a Juntas não intervinham, e tal não era verdade, uma vez que havia um Sistema de Proteção, tendo cada um o seu papel, sem haver alguém mais importante do que o outro, tendo cada um sua função e havia uma arquitetura jurídica e a Junta de Freguesia da Penha de França tinha cumprido o seu desígnio jurídico de acordo com a Lei e de acordo com a necessidade de proteger as crianças e jovens. ----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, referiu que, relativamente às Ocorrências, tinham havido 143 ocorrência de Espaço Público e 138 ocorrências de Limpeza, sendo matérias diferentes e separadas, problemas na calçada e nos bancos de jardim e depois questões de limpeza, eram números diferentes. -----

Relativamente às lavagens de arcos e largos, indicou que era uma experiência que tinha começado no verão e que continuavam a fazer, de 15 em 15 dias, limpezas dedicadas a arcos e largos, uma vez que eram diferentes das ruas pela sua configuração. -----

Relativamente à monda térmica, era um método complementar às roçadoras, não tendo abandonado o corte de ervas com as roçadoras, mas faziam das duas maneiras, dado que nem todas as áreas eram adequadas aos mesmos instrumentos, portanto utilizavam os dois métodos indistintamente onde fosse mais adequado. -----

Agradeceu ao CDS/PP por ter colocado a questão dos apoios financeiros, e referiu que por estranho que parecesse, a Junta de Freguesia era muitas vezes é convocada pela a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para dar Apoio financeiro pessoas. Quando eram

feitos os pedidos, falavam com os Assistentes Sociais para perceber e por norma ou eram situações que já tinham tido apoio da Santa Casa e por algum motivo, ou por não terem cumprido algum requisito, o seu apoio era diminuído ou cortado e depois pediam ajuda à Santa Casa, no interregno, para terem alguma participação por parte da Junta. Por vezes para aquisição de próteses, nomeadamente óculos para crianças, que já tinha acontecido. Referiu que recentemente tinha sido pedido um apoio para uma senhora estrangeira estava cá a dar apoio ao filho que era doente e por motivos diversos tinha perdido o apoio porque tinha havido um problema com a documentação do hospital e tinha por isso perdido a justificação para ter o apoio que a Santa Casa dava, e a junta tinha sido solicitada e foi contactada a Câmara Municipal para saber se ao abrigo do FES isso era possível, e a orientação da Câmara deu era que as pessoas indocumentados ou estrangeiros, ou que não tivessem a sua situação regularizada, mas que efetivamente residissem na área da Freguesia, deviam receber apoio e, portanto, sempre que aqueles casos eram colocados, referindo-se a casos de apoio financeiro, não havendo casos de apoio alimentar à Junta de Freguesia que não tivesse apoio de emergência, estando a falar concretamente de apoio financeiro. Referiu que esses pedidos de apoio não eram o procedimento mais normal, mas articulando com todas as entidades, tentava-se encontrar uma solução que, dentro do enquadramento legal existente, permitisse acorrer às necessidades das pessoas, sem que ninguém ficasse sem apoio, tivesse ele a forma que tivesse. -----

Agradeceu ao PCP a indicação de a Informação Escrita não estar paginada, e comprometeu-se a corrigir a situação de futuro. -----

Relativamente à questão do Associativismo, indicou que os dados diziam respeito à altura do verão e estavam a discuti-la no inverno, e pesasse embora o facto existirem alguns Clubes na Freguesia, esses clubes não tinham muita atividade e portanto não havia muita atividade na qual a Junta fosse instada a dar apoio para além do que era habitual, e no verão essa atividade diminuía. -----

Relativamente à questão dos Espaços Verdes, referiu que não eram os jardineiros que faziam podas de grandes dimensões, sendo as de grandes dimensões feitas por empresa que se dedicavam ao efeito e que tinham equipamento, nomeadamente escadas, não sendo

uma área que pudessem dizer que os jardineiros interviessem muito, porque realmente não tinha condições para o fazer, nem tinha a Junta e meios Técnicos para tal. -----

Relativamente às candidaturas para o “Empenha-te”, indicou que se iria informar, uma vez que desconhecia o facto e agradeceu a informação e que depois daria nota à Assembleia de Freguesia. -----

Relativamente às mensagens da Proteção Civil, informou que apenas tinham sido recebidas por pessoas que estavam inscritas para o voluntariado e para receber as ações de formação ou tinham sido divulgadas no Facebook para os voluntários que não fosse possível contactar de outra forma, não tendo outra explicação para dar a não ser que tenha dado, em algum momento, o contacto para receber formação na área da Proteção Civil. -

Relativamente à questão dos pombos, informou que, curiosamente, na semana anterior tinham reunido com a nova Diretora Municipal de Higiene Urbana e tinham abordamos a questão dos pombos, tendo dado conhecimento da última ação de captura que tinha ocorrido na Praça Paiva Couceiro, e pesasse embora o facto de ser uma competência da Câmara e não da Junta, tinham relatado que a ação tinha causado preocupação a muitas pessoas que tinham assistido, e a Senhora Diretor Municipal também manifestou que a Penha de França não era a primeira Junta de Freguesia a transmitir aquela preocupação e que efetivamente havia muitas pessoas que se sentiam preocupadas com aquelas as capturas e com todas as formas que a Câmara utilizava para controlar a população de pombos, havendo igual número de pessoas que contactavam a Junta de Freguesia a achar que os pombos deviam ser mortos, que deviam ser apanhados, que eram uma praga, que transmitiam de doenças e que deviam de ser exterminados a todo o custo, tendo de ser equidistante e imparcial no sentido de transmitir a verdade aquilo que chega à Junta e a verdade era que haviam pessoas que estavam muito incomodadas com o facto de serem apanhados e mortos, ou entregues para serem servidos de alimentação aos animais do jardim zoológico, como recebiam é igual número de pessoas que achavam que a Junta não fazia o suficiente para os exterminar, respondendo a ambos duas coisas, que as ações de captura eram levadas a cabo pela Câmara e não pela Junta, sem que a Câmara desse, sequer, conhecimento de que ia acontecer, tendo apenas informações da parte de cidadãos comuns que diziam ter sabido que ia acontecer, e que, na sequência de reuniões tidas com

o PAN, a Junta estava a trabalhar no sentido de garantir que fosse construído o pombal contracetivo o mais brevemente possível, o que lhe parecia uma excelente tentativa de controlo populacional dos pombos na Cidade de Lisboa. -----

Relativamente ao pombal contracetivo concretamente, informou que a Senhora Diretora Municipal lhe tinha indicado que a construção dos pombais contracetivos iria avançar, nomeadamente na Freguesia da Penha de França, e naquele âmbito a Junta de Freguesia tinha-se disponibilizado tomar conta do dito Pombal. Referiu que a experiência com voluntários tinha ocorrido na Freguesia de Benfica não se tinha provado exatamente bem porque ficava dependente de trabalho voluntário que nem sempre estava disponível a regularidade que o Pombal contracetivo exigia, e para que corresse bem era necessária uma manutenção diária e permanente, tendo a Junta de Freguesia, nesse sentido, se disponibilizado para assegurar a limpeza do Pombal e da retirada dos ovos de pombos para a substituição por ovos de gesso. -----

Relativamente à Rua dos Baldaques, indicou que o estacionamento estava tarifado à superfície, mas o que era perceptível era que pelo facto de não haver uma máquina num sítio visível e próximo levava as pessoas a achar que aquela a zona não estava tarifada, o que não era o caso. Informou que já tinha sido solicitada a colocação de outra máquina, o que não era argumento uma vez que também podiam usar a aplicação de telemóvel para pagar o estacionamento, no entanto compreendiam que não era a questão em si mas sim a perceção da situação, e não havendo uma máquina a vista instalava nas pessoas a ideia que ali não havia estacionamento tarifado de superfície. Indicou que a questão da fiscalização era uma situação diferente, insistindo com a EMEL de quera necessário haver fiscalização para defender os moradores, que era o interessava à Junta de Freguesia. ----

Relativamente ao Parque de Estacionamento de Sapadores, indicou que pertencia às duas Freguesias, sendo dividido uma vez que se encontrava na zona de fronteira, sem que tenha, até à data, constituído algum problema. -----

Relativamente ao Transportes Solidário, indicou que, efetivamente, estava completamente lotado relativamente às solicitações existentes, tendo ainda capacidade de resposta, mas estando mesmo limite. Por essa razão, e na sequência de uma reunião que tida com a Paróquia de São João Evangelista, que era particularmente fustigada pela sua

situação geográfica, tendo os idosos muita dificuldade em lá chegar, nomeadamente os utentes do centro de dia, do convívio e quem lá toma as suas refeições, e porque, desgraçadamente ainda não tinham logrado que a Carris mudasse o sítio onde ficava a paragem, o que dificultava ainda mais o acesso, e não tendo a paróquia uma carrinha própria, a Junta de Freguesia estava em vias de celebrar um protocolo com a Paróquia, no âmbito de dar um apoio sob a forma de aquisição de uma carrinha em segunda mão, que depois poderia ter um motorista contratado pela Paróquia de São João Evangelista e assegurar, por aquela via, mais transportes na Freguesia aliviando de um bocadinho o Transporte Solidário. Referiu que se encontravam numa encruzilhada, ou compravam uma nova viatura para o transporte solidário de viatura ou, na medida em que a Paróquia de São João Evangelista tinha colocado a questão, e como já ajudavam a Paróquia com o transporte para ir buscar o Banco Alimentar a Alcântara, acharam que fazia mais sentido apoiar a aquisição de um veículo que a Paróquia pudesse utilizar, ficando a mesma com o encargo de contratar um motorista, e aumentar assim a resposta de transportes. Referiu que tinha sido tomada essa opção também por uma questão de equidade em relação à Paróquia da Penha de França, a quem já tinham oferecido uma carrinha, indicando também que, de acordo com informações dadas pela Carris, já não faltava muito para o início de funcionamento da Carreira de Bairro. -----

Relativamente à Comissão de Proteção, agradeceu as explicações prestadas pela doutora Fátima Duarte, e acrescentou que a Junta de Freguesia tinha uma técnica superior que passava três dias na Comissão, o que considerava um forte contributo que a Junta de Freguesia dava para o bom funcionamento da Comissão, apesar de a preocupar o facto de haverem muitos dos casos, ou grande parte dos casos, daquela comissão, serem, de facto, da Penha de França, mas o facto terem uma técnica superior ajudava no funcionamento da Comissão e seguramente que teria um contributo positivo para resolução de problemas de crianças e jovens da Freguesia, e muito gostaria de não haver necessidade de lá ter uma técnica superior e que aquelas ocorrências não existissem em crianças e jovens da Freguesia, mas essa questão estava para além das capacidades de resolução da Junta de Freguesia. -----

Relativamente à monda térmica, na altura que a formação escrita tinha sido elaborada era uma técnica que estava em experiência e era naquele âmbito que devia ser lida a Informação Escrita. -----

Relativamente à Bolsa Solidária Animal, indicou que funcionava de acordo com os mesmos critérios da atribuição do apoio da Ação Social, que eram a constituição de um processo de avaliação socioeconómica dos agregados familiares, haver processo da Santa Casa, terem a indicação de que eram famílias carenciadas nos exatos termos em que se atribuía outro apoio, nomeadamente do Fundo de Emergência Social, sendo os critérios exatamente os mesmos e normalmente as famílias também eram as mesmas, sendo avaliadas precisamente da mesma forma. -----

Relativamente à operação policial, referiu que a Junta de Freguesia tinha tido conhecimento posterior, e se não se enganava tinha sido através do Membro do PAN, intervindo as forças policiais onde e quando entendessem que o deviam fazer não tendo o hábito de o partilhar com a Junta de Freguesia, nem antes nem durante nem depois, sendo o Estado de Direito a funcionar. -----

Quanto aos apoios da Educação, a única informação de que dispunha era de que eram 250€ para troca de material. -----

----- **PONTO NÚMERO DOIS** -----

Proposta n.º36/2018 – Relatório Semestral sobre a situação económica da Junta de Freguesia da Penha de França relativo ao período compreendido entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2018

A ***Senhora Presidente da Mesa da Assembleia*** informou que o documento se encontrava para apreciação da Assembleia de Freguesia. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, ***Sofia Oliveira Dias***, referiu que pretendia apenas dar algumas notas, nomeadamente que a Junta tinha pago a todos os fornecedores tal com tinha compromissado todos os pagamentos que iam fazer até meio do ano e situação económica da Junta era relativamente confortável. Indicou que estavam com uma execução orçamental de 81% a 31 de outubro 2018 e com uma execução orçamental da despesa com 61% mas que ainda não refletia os pagamentos que fizeram posteriormente,

nomeadamente os subsídio de natal, pagamentos à Segurança Social, seguros de acidentes de trabalho, execução do orçamento participativo mas a situação económica era relativamente tranquila e a Junta estava a encaminhar-se para fechar as contas com tranquilidade e era aquele o cenário que se mantinha no momento. -----

----- **PONTO NÚMERO TRÊS** -----

Proposta 33/2018 - Alterações ao Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas da Junta de Freguesia da Penha de França e às Respetivas e Tabelas de Taxas e de Preços

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia** informou que a Proposta tinha sido analisada pela Comissão Permanente de Finanças, Património, Recursos Humanos e Contratações Públicas Externas, cujo parecer se encontrava no poder de todos os Membros da Assembleia. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou que pretendia dar nota de que as alterações consistiam apenas da isenção das taxas de registo e licenciamento de caniços potencialmente perigosos e perigosos, de adaptações às Especialidades Médicas que tinham deixado de existir e de atos de estomatologia que não eram feitos e da abertura para a cobrança de taxas que não estavam previstos, nomeadamente atividades formativas, culturais e desportivas que não estavam contempladas. -----

O Membro do CDS/PP, **Pedro Cardoso**, informou que CDS/PP não tinha tido conhecimento prévio do Parecer da Comissão, e indicou que tinha sido decidido unanimemente na Comissão que aquelas questões de outras atividades desportivas ou culturais não deveriam ser incluídas na Tabela para não para não vincular a Assembleia ou então que fosse estabelecido um prazo transitório, mas solicitou que os restantes Membros da Comissão também se pronunciassem, uma vez que acreditava ser aquilo que tinha ficado decidido. -----

O Membro do PAN, **Filipe Pimentel Rações**, capitalizando sobre a intervenção do Membro do CDS/PP, confirmou que aquela questão das outras atividades desportivas tinha levantado algumas questões uma vez que os deixava poucos confortáveis

relativamente à possibilidade de passar um cheque em branco para qualquer coisa. Indicou que tinham chegado a uma solução de compromisso que tinha sido o estabelecimento de um prazo de experiência de 3 meses permitindo que a Junta não ficasse dependente daquilo que seria a opinião da Assembleia, mas que se pudesse pronunciar sobre o assunto nas Sessões devidas. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, indicou que não tinha referido aquela matéria uma vez que era da opinião de que deveria ser a Assembleia a dar nota do próprio parecer que produziu em sede de Comissão, mas que a Junta não se tinha oposto à proposta da Comissão. -----

O Membro do CDS/PP, **Pedro Cardoso**, referiu que tinha, efetivamente, havido a proposta da Comissão, mas não a via vertida em nenhum documento. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia** indicou que a Senhora Presidente da Junta já tinha assumido que o período transitório. -----

O Membro do CDS/PP, **Pedro Cardoso**, indicou que não se oporia à votação. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia** referiu que o Parecer da Comissão dizia que “A Comissão Permanente de Finanças, Património, Recursos Humanos e Contratação Pública Externa, reunidas no dia 14 de janeiro de 2019, deliberou por unanimidade, após auscultação do Executivo, que a proposta nº33/2018 - Alterações ao Regulamento de Taxas, Preços e Tabela de Taxas e Preços, se encontra apta para ser discutida e votada em Plenário da Assembleia de Freguesia”, não havendo qualquer referência ao período transitório referido pelos Deputados do PAN e do CDS/PP. -----

O Membro do CDS/PP, **Pedro Cardoso**, recordou que no início da sua intervenção tinha indicado que o CDS/PP não tinha tido conhecimento prévio da redação daquele Parecer, uma vez que o que tinha ficado acordado tinha sido que a Proposta estaria apta para votação desde que, e tinham duas opções, que eram ou aconselhava e aprovavam deixando aquelas linhas em aberto ou introduziam a nota do período transitório para não obstaculizar qualquer eventual atividade que a Junta pudesse fazer, não se encontrando essa mesma nota vertida no Parecer. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, **Sofia Oliveira Dias**, referiu que tinha anunciado a concordância do Executivo perante aquela mesma Deliberação da Comissão,

ficando essa mesma indicação registada em Ata, vigorando aqueles pontos por apenas três meses até a Junta, posteriormente, produzir um documento que tivesse o consenso da Comissão e apresenta-lo à Assembleia, ficando a Proposta sujeita a uma aprovação condicionada à cláusula suspensiva deliberada na Comissão. -----

O Membro do PCP, *Anabela Vogado*, lamentou que não tenha sido dado conhecimento prévio da redação do Parecer, cuja responsabilidade não cabia à Assembleia de Freguesia, mas que efetivamente tinha ficado acordada a condição dos três meses transitórios, mas tinha pedido a palavra antes da clarificação da Senhora Presidente da Junta. -----

A *Senhora Presidente da Mesa da Assembleia* colocou o documento à votação. -----

	PS	PSD	PCP	BE	CDS/PP	PAN
Votos a favor	X	X	-	X	X	X
Votos contra	-	-	-	-	-	-
Abstenção	-	-	X	-	-	-

A Proposta nº33/2018 foi aprovada por maioria -----

----- **PONTO NÚMERO QUATRO** -----

Proposta 37/2018 – Verificação da conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções dos Membros da Junta de Freguesia da Penha de França

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia, *Sofia Oliveira Dias*, lamentou que o Membro do PSD, Afonso Costa, não estivesse presente, uma vez que na experiência de quem já tinha sido Presidente antes de si, era da opinião de que aquela questão não devia de ser trazida à Assembleia uma vez que dizia respeito à vida interna da Junta de Freguesia, à deliberação e à divisão dos tempos, mas ainda assim dava a nota de que aquela questão tinha sido suscitada pelo facto de ter passado ao regime de não permanência e de ter havido a poupança de um tempo inteiro, e daquele ponto de vista ter havido uma redistribuição pelos outros Membros da Junta que recebiam meios tempos, tendo deixado o orçamento da Junta de ser onerado com o tempo inteiro e passou a poupar aquele tempo, sendo aquilo o que era relevante salientar, cumprindo todos os requisitos

previstos na Lei e ficando com a satisfação de estar a poupar o valor de um tempo inteiro que revertia para o bom funcionamento da Junta de Freguesia. -----

O Membro do CDS/PP, **Pedro Cardoso**, referiu que gostaria de sublinhar a classe com que a Senhora Presidente explicou a situação, com a poupança do vencimento. Indicou que se iria escusar de justificar o que quer que fosse, até porque em sede própria já tinha justificado qual era a opinião de facto do CDS face àquela matéria, mas não queria deixar passar em branco a forma cordata com que a Senhora Presidente tinha abordado o tema, mas a questão não era apenas a poupança mas também era a questão da presença, ou não presença, daquela que era o rosto e a cabeça da Junta de Freguesia. -----

A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia** colocou à votação a Ata-Minuta da presente Sessão Ordinária tendo sido aprovada por unanimidade. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, deu por encerrada a Reunião, pelas vinte e duas horas, da qual se lavrou a presente Ata que vai ser assinada por mim, funcionário desta Autarquia, pela Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia de Freguesia. -----

O Funcionário



Alexandre Ribeiro

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia



Maria Luísa Vicente Mendes

**O Primeiro Secretário da
Mesa da Assembleia de Freguesia**



Nuno José Simões Carvalho